

# Difícil acesso à linha do Eximbank

por Sônia Jourdan  
de São Paulo

De posse das normas que o Banco do Brasil e o Chase Manhattan Bank acertaram para a operacionalização da linha de crédito de US\$ 1,5 bilhão garantida pelo Eximbank dos Estados Unidos, os escritórios de representação de bancos norte-americanos no País estão ocupados, desde segunda-feira, em decifrar alguns enigmas. Um deles é que, afinal, pagará o prêmio do seguro pela cobertura que o Eximbank dará às compras brasileiras feitas nos EUA no âmbito desta garantia de US\$ 1,5 bilhão.

Não está clara a intenção de que o governo brasileiro pague o prêmio através do Banco do Brasil, agora autorizado a funcionar como

agente do Tesouro para dar cobertura plena ao risco comercial das importações. Os bancos também não sabem qual é, exatamente, o valor do prêmio de seguro, situado por alguns deles na base de um terço de 1% do valor das operações.

As respostas a estas perguntas poderão ser dadas amanhã, em reunião para a qual o Chase e o Banco do Brasil convocaram todas as representações bancárias americanas dispostas a participar como intermediárias da linha de crédito. Não serão, porém, apenas estas as dúvidas levadas à reunião. As várias instituições ouvidas por este jornal afirmam que, apesar das normas divulgadas pelo Chase, muita coisa está no ar. Não foi esclarecida, por exemplo, a mecânica

de participação dos bancos brasileiros nas operações. Ninguém tem certeza da atração que elas poderão exercer sobre os empresários e poucos acreditam — no caso de ser grande o interesse — que haverá tempo para que o interesse se materialize em muitas importações fechadas.

## COMO FAZER

As questões básicas, portanto, são como fazer e qual será o tempo disponível para fazer. As duas aparentemente fáceis de ser resolvidas. Uma vez ajustados os ponteiros, com todas as dúvidas esclarecidas, o tempo poderá ser mais bem aproveitado se não houver objeção à entrada de bancos não americanos no circuito de intermediação da garantia do Eximbank. Também não

23 MAI 1984

está afastada a possibilidade de uma nova prorrogação do prazo para utilização da linha, que inicialmente deveria vencer em setembro deste ano, e foi adiado para março de 1985.

As maiores instituições americanas acreditam na ampliação do prazo. E, quanto à participação de instituições americanas, poucas delas apresentam objeções, sendo a mais frequente a de que não seria justo elas dividirem a aplicação do US\$ 1,5 bilhão com bancos de países que não atenderam ao apelo brasileiro por novas garantias de governo a governo e, limitando seu apoio à rolagem de antigos débitos no Clube de Paris, se negaram a compor o "pacote" de US\$ 2,5 bilhões em créditos oficiais.

Este argumento, na opi-

nião de alta fonte de um dos dez grandes bancos dos EUA, não faz sentido, porque uma instituição estrangeira que tenha uma única agência em operação plena nos Estados Unidos está submetida à legislação americana e, se tem deveres iguais, seus direitos também são iguais. Para esta fonte, US\$ 1,5 bilhão é muito dinheiro e dá para todos. Ela só não sabe se haverá empresário disposto a usar, caso não sejam mudadas as condições impostas pelo governo brasileiro quando da abertura de cartas de crédito.

## SAI CARO

O mesmo ponto de vista é manifestado pelo Chemical Bank, que nunca suspendeu seus financiamentos de prazo médio, continua operando normalmente com cobertura do Eximbank — mas assume parte do risco comercial — e reafirma sua disposição de estudar qualquer importação de produtos americanos (com uma nacionalização de componentes de 65 a 80%, dependendo do produto), concedendo crédito por até cinco anos. Este é o prazo-limite do Eximbank, aplicado normalmente a compras de bens de capital, ou seja, onde a demanda permanece fraca no País. No entender do Chemical, a procura maior será por fertilizantes, componentes e peças de reposição, que têm financiamento de 180 a 360 dias.

*Crédito Externo*

Acontece que, nesses casos, o custo do financiamento é muito alto. Daí, na opinião dos bancos estrangeiros, a necessidade de mudança nas normas do Banco Central, que exigem do importador o fechamento antecipado do contrato de câmbio e, além disso, determinam que 100% do valor da operação seja depositado no BC na forma de depósito compulsório.

Estas normas, baixadas pelo governo para conter as importações, tornaram cada vez mais raras as operações feitas com confirmação de carta de crédito. Em primeiro lugar porque sai muito caro, uma vez que o importador deve fechar o câmbio antecipadamente, está sujeito ao compulsório de 100% — só devolvido, e sem correção, no final dos 180 ou 360 dias —, e também arca com o custo adicional — na forma de repasse — da taxa de 1,5 a 2,5% paga em comissão pelo banco brasileiro à instituição estrangeira que confirmou a carta.

A segunda razão pela qual as cartas de crédito sumiram do mercado é a recusa dos bancos estrangeiros em dar sua confirmação. E aí está a vantagem da linha do Eximbank: são US\$ 1,5 bilhão que os importadores poderão utilizar, para compras financiadas a curto e médio prazo, sem a necessidade de correr atrás de um banco que aceite o risco.